



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011020-29.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Protesto - Liminar**  
 Requerente: **Efigenia de Fatima da Silva Dias**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c.c. Sustação de Protesto, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **EFIGÊNIA DE FÁTIMA DA SILVA DIAS**, em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que é indevida a cobrança de IPVA dos exercícios de 2016 e 2017, pois o veículo em questão foi apreendido pelo Bando Itaú Leasing S/A, em ação que tramitou pela 1ª Vara Cível local, no ano de 2009, sendo indevido, também, o protesto.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 30/31).

A Fazenda do Estado de São Paulo apresentou contestação, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, pois teria resolvido administrativamente a questão. Aduz, ainda, que, em nenhum momento, houve a negativa em cancelar os débitos e que nenhum dano teria a autora sofrido se esperasse a análise de seu pedido administrativo, já que não é comerciante, não sendo justa eventual condenação em honorários advocatícios.

Réplica apresentada às fls. 57.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

Não há que se falar em falta de interesse de agir ou carência superveniente, pois,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

embora a requerida tenha demonstrado que tomou providências tendentes a sustar o protesto e transferir o veículo para o nome do banco, tudo após o ajuizamento da ação, certo é que não fez comprovação de que isso efetivamente tenha ocorrido.

Ademais, não seria razoável que a autora ficasse aguardando a análise do pedido administrativo, até que o protesto se efetivasse, maculando a sua honra e boa fama.

Por outro lado, os documentos juntados com a inicial comprovam que o veículo foi apreendido em ação movida pela financeira, no ano de 2009, sendo portanto, indevida a cobrança de IPVA da autora, após referida data.

É certo que a requerida não foi comunicada do resultado da ação de busca e apreensão não época da sua tramitação, contudo, o foi em setembro de 2017 e, mesmo assim, manteve o título no cartório de protesto, dando causa à ação, pois a autora foi obrigada a ajuíza-la, para não ver os títulos protestados, o que estava na iminência de ocorrer, tendo a requerida demorado mais de um mês para analisar o pedido administrativo, devendo arcar com os ônus da sucumbência.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo o processo com resolução do mérito e procedente o pedido, confirmando a tutela antecipada, para o fim de determinar a sustação definitiva dos títulos e declarar inexistente o débito de IPVA, referente aos exercícios de 2016 e 2017.

Expeça-se o necessário.

Condeno a requerida, por força da sucumbência, a arcar com os honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da causa.

**P. I.**

São Carlos, 29 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**